O BRAÇO DA JUSTIÇA

Peça em 9 quadros de JOAQUIM PAÇO D'ARCOS. Publicada em 1963.

Representada pela primeira vez no Teatro Nacional D. Maria II em 3 de Janeiro de 1964, numa encenação de Varela Silva.

[...]

Cena nua para os nove quadros, em que sucessivamente se introduzem os elementos caracterizadores dos diversos ambientes, mantendo-se presentes, durante toda a acção, os despojos do avião sinistrado. A acção decorre na República de San Cristobal, vizinha da República de Ronda.

Um desastre de avião, ocorrido em condições misteriosas, dá lugar a longo inquérito. Só se conseguiu encontrar, nos destroços do aparelho, um braço humano. Assistimos à luta de interesses pelo reconhecimento desse braço, necessário para a passagem de uma certidão de óbito. E todos dela precisam: a viúva do Comandante do avião para tornar a casar; a mãe do criado de bordo, para receber a respectiva pensão; a viúva de um banqueiro, para, com o seguro de vida, obstar à ruína do Banco. Ao lado destas personagens, trava-se o combate surdo dos que a elas estão ligados, e que tentam resolver a questão por processos venais: o jornalista, o advogado e o administrador do Banco, o Director da Companhia de Seguros, finalmente o próprio Presidente da Comissão de Inquérito, que se apaixona pela viúva do Comandante do avião. A beleza desta abre todas as portas, ao contrário da humildade da mãe do Criado. Parece que o braço pertencia precisamente ao Criado de bordo mas o Ministro, tendo em vista a importância do Banco e as consequências da sua possível falência, ordena que atribuam a certidão de óbito ao Banqueiro. Assim se cumpre, por força «dos interesses criados», e, em obediência a estes, todos os pretendentes se resignam e o braço, agora do Banqueiro, vai a enterrar com irónica solenidade.

Luiz Francisco Rebello. 100 anos de teatro português (1880-1980). Porto: Brasília Editora, 1984, pp. 158-159.

Autorização de utilização por despacho de 28/06/2017 emitido pela Senhora Diretora Geral do Património Cultural Arqt^a Paula Silva.